

NA BASE

www.sind.org.br

EMENDA 3

Veto corre risco de ser derrubado

O veto à Emenda 3, texto incluído pelo Senado e mantido pela Câmara no Projeto de Lei 6.272, de 2005 (PLC 20/06, no Senado Federal), que tratava da Super Receita (Lei 11.457/07), poderá ser votado na sessão do Congresso programada para o dia 13 de maio. O objetivo do texto, vetado pelo presidente Lula, é retirar do auditor fiscal do Trabalho e transferir para Justiça do Trabalho a prerrogativa de desconstituir empresa jurídica criada só para burlar o vínculo empregatício. Ele permite que qualquer trabalhador, independente de profissão regulamentada ou de formação, possa se transformar em pessoa jurídica, liberando o contratador das obrigações traba-

lhistas e previdenciárias.

A consequência da mudança de status - de pessoa física e empregado para pessoa jurídica e prestador de serviços - é que o empregado não terá mais direitos trabalhistas, como férias, 13º, FGTS, multa por ocasião da demissão; nem previdenciários, como aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-reclusão e licença-maternidade, entre outros, exceto, no caso da Previdência, se continuar segurado do INSS e pagar 20% sobre o mesmo valor que, como empregado, pagava de 8% a 11%.

A Emenda 3 é extremamente nociva aos interesses dos trabalhadores. O movimento sindical, especialmente a CUT tem se

posicionado contra esta Emenda. Diante da ameaça de derrubada do veto, os sindicatos e os trabalhadores devem se mobilizar, inclusive, mandar e-mails para os deputados e senadores para que votem pela manutenção do veto, ou votem "abstenção" ou não compareçam à sessão, já que para a rejeição de veto são necessários 257 votos "contrários" de deputados e 41 de senadores. Esta Emenda representa uma agressão aos direitos trabalhistas, conquistados através de muita luta no decorrer da história. O tema é grave demais e exige uma articulação urgente de todos aqueles que defendem os trabalhadores.

FERTILIZANTES

Negociação vai começar!

A reunião de Modus Vivendi entre o Sindicato e o Siacan aconteceu no dia 08/05, quando foi tirado o calendário de negociações. As reuniões ficaram agendadas para as seguintes datas: no dia 12/05 serão discutidas as cláusulas administrativas e sociais, no dia 19/05 estarão em pauta as cláusulas de saúde, segurança e gênero e no dia 26/05 serão negociadas as cláusulas sindicais, novas e econômicas. As duas primeiras no período da tarde e a última pela manhã. A partir de agora os trabalhadores devem ficar atentos e atender às convocações do Sindicato, participando de todas as atividades e mobilizações propostas. Para que uma campanha reivindicatória seja bem sucedida é muito importante que todos estejam unidos e mobilizados. Vamos à luta por nossos direitos!



Reuniões de negociações

Dia 12/05 - Cláusulas administrativas e sociais

Dia 19/05 - Cláusulas de saúde, segurança e gênero

Dia 26/05 - Cláusulas sindicais, novas e econômicas

CLÁUSULA 4ª
GANHAMOS E
VAMOS LEVAR
CUSTE O QUE
CUSTAR!

Ano 04 • Nº 164
12 a 18 de maio de 2009

Assembleia



Roberto Prado

Na assembleia realizada na sede do Sindicato, no sábado 09/05 (foto), a categoria escolheu os nomes dos delegados que vão participar dos congressos da CUT-Bahia, que será realizado entre os dias 12 e 14/07 e da CUT nacional, que acontecerá de 03 a 08/08, em São Paulo.

Proquigel – Sábado tem assembleia no Sindicato

Pág 02

RLAM - Unidade é criticada pela forma de conduzir apuração de acidentes

Pág 03

Petros/Braskem – Será realizado ciclo de palestras.

Pág 04

A decisão do governador Jaques Wagner de criar um Grupo de Trabalho (GT) para localizar e tornar acessíveis todos os acervos sobre o período da repressão política, entre os anos de 1964 e 1985, abre caminhos para conhecer a verdade sobre as atrocidades ocorridas nos porões da ditadura militar, na Bahia. Inclusive, porque há quatro anos, muitos documentos produzidos por órgãos de informação da Aeronáutica, da Marinha, do Exército e de outras instituições ligadas à repressão foram incinerados na Base Aérea de Salvador. Espera-se que durante a investigação muitos documentos sejam recuperados. O primeiro objetivo do grupo, que será coordenado pela Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, será a identificação e integração de documentos e imagens para a elaboração do projeto estadual "Memórias Reveladas das Lutas Políticas na Bahia". Ao lado desse trabalho, o grupo deverá preparar a integração do Estado da Bahia à rede nacional de cooperação para divulgação e disponibilização de dados, imagens e informações de interesse sobre o período de repressão política.

Esta iniciativa ascende ainda a chama da esperança de muitas famílias de mortos e desaparecidos que por mais de 20 anos buscam informações sobre as circunstâncias dos crimes de seus entes queridos. A missão não é apenas esclarecer os acontecimentos, localizar restos mortais e identificar os responsáveis, mas principalmente preservar a memória do que ocorreu e, assim, contribuir para a difusão de uma cultura de defesa dos direitos humanos. Na Bahia, o número de mortos e desaparecidos políticos chega a 24, de um total de 252 casos conhecidos no País. Com este trabalho, a população terá acesso aos bastidores da repressão militar que torturou e matou milhares de pessoas que lutavam por democracia em plena ditadura. Esta ferida precisa ser curada definitivamente.

ENTREVISTA

Em entrevista ao jornal Valor Econômico, o presidente da CUT, Artur Henrique, falou sobre política nacional e fez um balanço sobre a atuação da Central. Veja a seguir:

Valor: Em um ano pré-eleitoral, a Central já definiu se continuará dando apoio ao PT?

Artur Henrique: Não necessariamente. O que temos consciência é que sofremos muito no governo Fernando Henrique, porque defendíamos ideias e propostas radicalmente opostas àquelas que foram implantadas no país na década de 1990. A CUT defendia um papel importante do Estado na economia e ele defendia que o Estado tinha que ser mínimo. Nós defendíamos que era preciso ter controle social sobre as empresas estatais, e ele defendeu a privatização. Nós defendíamos que era preciso respeitar os movimentos sociais e abrir canais de negociação. O governo Fernando Henrique Cardoso tratou o movimento sindical com polícia. Tivemos muitas dificuldades no governo FHC. Ao ser eleito o presidente Lula, tivemos uma mudança de relação. Não teve privatização, o Estado passou a ter um papel importante, os movimentos sociais e o movimento sindical foram respeitados como canal de negociação. O cenário mais provável para as eleições de 2010 é termos no segundo turno uma proposta de continuidade do projeto democrático popular e uma candidatura da oposição, representada pelo [José] Serra ou o Aécio Neves. O apoio ainda vai

ser debatido, mas não tenho a menor dúvida de que a CUT vai orientar o voto pela continuidade do projeto democrático popular. Mas desde que aponte para mudanças.

Valor: Que tipo de mudanças?

Artur Henrique: Nós queremos avançar. Temos defendido que o próximo governo institucionalize os espaços de representação que foram conquistados no governo Lula para que se transformem em políticas de Estado e não apenas de governo. A plataforma da classe trabalhadora para as eleições de 2010 vai incluir a democracia direta, a regulamentação dos plebiscitos e referendos como instrumentos de participação. Claro que tem que ter um equilíbrio. Alguns países da América Latina estão fazendo da democracia direta instrumentos quase que corriqueiros de decisão, o que não dá para ser aplicado no Brasil pelo seu tamanho. Agora, o que não dá também é, em nome disso, ir para o lado da democracia representativa e só esperar que o Congresso resolva tudo. Questões ambientais, uso da energia nuclear, privatizações, isso deveria passar por processos de consulta popular.

Valor: A pré-candidata Dilma Rousseff ainda não passou pelo crivo das centrais sindicais?

Artur Henrique: A Dilma teve uma trajetória de atuação em partidos de esquerda na luta contra a ditadura e pela democratização e depois teve uma atuação mais institucional como secretária de



Energia do governo do Estado do Rio Grande do Sul e no governo Lula como ministra chefe da Casa Civil. Não é evidentemente uma sindicalista como foi o Lula, mas tem evidentemente outras qualidades. Acho que igual ao presidente Lula dificilmente vamos ter outro.

Valor: E que balanço a CUT faz do seu próprio desempenho e do das demais centrais frente à crise?

Artur Henrique: Nós começamos a realizar atos de rua, mobilização, campanhas. No caso das negociações, estamos pressionando os governos. A luta para superação da crise não pode ser apenas uma luta em relação ao governo federal. Os governos estaduais também têm o seu papel e eles têm se omitido nesse debate. Continuamos com a defesa da renda, da valorização do salário mínimo. R\$ 50 a mais no salário mínimo envolve 40 milhões de brasileiros e brasileiras que dependam diretamente dele. Com isso serão injetados R\$ 20 bilhões a mais na economia neste ano. É um dinheiro que vai para o consumo. Temos ainda a proposta de democratização do Conselho Monetário Nacional que até agora não saiu do papel. E nas negociações com os empresários, a orientação da CUT é negociar ajuste dos salários pela inflação com aumento real.

QUÍMICOS DO RAMO
PETROLEIRO DO
BOLETIM
NA BASE

BOLETIM INFORMATIVO OFICIAL
DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO
QUÍMICO/PETROLEIRO DO ESTADO DA BAHIA
Rua Marujos do Brasil, nº20,
Nazaré, SSA/BA, CEP 40050-030,
Tel.: (71) 3444-1313 Fax: (71) 3444-1327
E-mails:
Setor de Comunicação: imprensa@sind.org.br
Sindicato: sind@sind.org.br
Tiragem: 18.000 exemplares

UNIGEL

Assembleia será no sábado, dia 16/05

A pedido dos trabalhadores da Unigel a assembleia que seria realizada no dia 15/05, foi transferida para o dia 16/05, sábado, às 10h, no auditório do Sindicato (Rua Marujos do

Brasil nº 20, Tororó). Durante a reunião serão discutidas estratégias para exigir o pagamento da PLR, formação da Rede de Trabalhadores do grupo Unigel e eleições de um representante

sindical, nas unidades com mais de 200 trabalhadores. No caso dos empregados da Proquigel, um ônibus vai sair da praça de Candeias, em frente ao Sesi, às 8h30.

ESTAMOS DE OLHO

RLAM/PETROBRAS

Autoritarismo impede apuração transparente dos acidentes

Após um período mais ou menos tranquilo, os acidentes voltaram a acontecer na Rlam. Fruto da política de SMS adotada pela Petrobras, piorada com a atual crise mundial, que levou a empresa a reduzir, ainda mais, os investimentos nesta área

A finalidade da apuração de um acidente de forma rigorosa é tirar lições no sentido de adotar medidas preventivas que impeçam outros acidentes. Infelizmente, no caso da Rlam não é o que está acontecendo. Na morte do companheiro terceirizado, na U-32, no dia 29/03, nem sequer foi criada a comissão apuradora, porque, segundo a gerência foi provocada por mal súbito. No nosso entendimento, todos os aspectos devem ser investigados considerando o ambiente perigoso da Rlam, o que nos levou, inclusive, a pedir a interferência do Centro de Estudos da Saúde

do Trabalhador (Cesat) que pela seriedade de seus profissionais tem a nossa confiança. Ficamos surpresos quando soubemos que o órgão foi cerceado no seu trabalho investigativo, sendo proibido de tirar fotografias do ambiente onde aconteceu o fato.

No caso do vazamento de óleo para o mar, no dia 15/04, a comissão de investigação do acidente foi criada. Porém, descumprindo o nosso Acordo Coletivo, o Sindicato não foi chamado para participar da investigação. Ao insistir e cobrar a nossa participação, a empresa alegou que o acidente não foi grave. Ora, não considerar grave um

derrame de óleo que atingiu toda as comunidades vizinhas à Refinaria, gerando um grave problema ambiental e social, o que levou ao Instituto de Meio Ambiente (IMA) a multar a empresa em 30 milhões de reais, leva-nos a pensar o que a Rlam considera "grave" quando se trata de acidentes. A Petrobras precisa se libertar do autoritarismo oriundo do regime militar e do período FHC, passando a atuar com democracia e transparência, valores que devem ser implementados realmente pela empresa. E vamos lutar sempre para ter uma empresa pública voltada para o interesse do povo brasileiro e do País.

NORCONTROL/PETROBRAS

Terceirizada perde o controle!

Os trabalhadores terceirizados da Norcontrol estão com salários defasados e enfrentam péssimas condições de trabalho. Em alguns serviços, os trabalhadores são obrigados a improvisar e usar a criatividade para suprir a falta de ferramentas para a execução das atividades. E se isso fosse pouco, alguns trabalhadores estão sendo obrigados a dirigir veículos para

apanhar colegas de trabalho antes de iniciar suas próprias atividades para as que realmente foram contratados. Por conta disso, tiveram sua jornada de trabalho ampliada sem receber hora extra. E pior, esses mesmos terceirizados estão sendo coagidos a assinar um documento assumindo sua responsabilidade caso os veículos que estão dirigindo ultrapassem a velocidade permitida

nas estradas. Nesse caso, eles serão obrigados a pagar R\$ 1.600. A Norcontrol perdeu o controle! Além de pagar baixos salários, pratica autoritarismo e assédio moral. O Sindicato está em contato com a Petrobras para exigir mudanças na gestão desta terceirizada. Orientamos ainda que os terceirizados não assinem documentos e denunciem práticas de assédio moral.

PESQUISA

Aumento de sindicalizados

Um levantamento realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego indicou aumento no número de trabalhadores que estão associados a um sindicato no Brasil. Esse número equivale a 553 mil empregados, ou seja, passou de 4,285 milhões para

4,838 milhões de trabalhadores, crescimento de 13% de abril a dezembro do ano passado. O desenvolvimento se explica pela alta no total de empregos com carteira assinada e por uma acirrada disputa entre as centrais para filiar sindicatos e obter

mais recursos da contribuição sindical. A central sindical que apresentou maior crescimento de sindicalizados foi a CUT, que aumentou em 244 mil o seu número de filiados e em 54 o número de sindicatos associados.

PETROBRAS/UN-BA

Apesar da presença de vigilantes, o perigo continua presente em algumas estações coletoras de óleo e também há irregularidades como eletrodutos quebrados com fiação à mostra. A situação pior é a da Estação Recife, em Pojuca, onde vândalos furtaram cabos elétricos deixando a parte do fundo do local às escuras, o que dificulta a ação dos vigilantes. O Sindicato chama a atenção dos gerentes para o problema antes que aconteça algum acidente grave.

SOL EMBALAGENS

Começou tensa a eleição da CIPA, que aconteceu no dia 30/04, porque o técnico de segurança da fábrica impediu o acesso de um diretor do nosso Sindicato ao local de votação. Após negociações com a direção da empresa o problema foi resolvido, iniciando o processo de votação. Depois da apuração dos votos, foi constatado que a companheira Deyse Ferreira foi uma das mais votadas. E junto com ela também foram eleitos candidatos que se propõem a defender os interesses dos trabalhadores. Parabenizamos os eleitos que pensam assim. A luta continua!

CONVÊNIO

Mais um convênio foi assinado pelo Sindicato. Desta vez foi com a Auto-escola Máster. O objetivo é oferecer um curso de primeira habilitação, além de todos os cursos de formação de condutores para os associados e dependentes, com desconto de 20% no valor normal da mensalidade. A auto-escola fica localizada no Centro Empresarial Iguatemi.

FALECIMENTOS

O petroleiro aposentado, Carlos Carvalho, faleceu e foi enterrado no dia 24/04. Ele trabalhou na E&P (Bahia) e deixou esposa, filhos e netos. O Sindicato lamenta a morte do companheiro.

O aposentado da Petrobras Geraldo da Silva faleceu no dia 06/05 e foi enterrado no dia 07/05. Ele trabalhava na E&P-BA. À família nossa solidariedade.

Telefones do Sindicato
GERAL: 3444-1313
FAX: 3444-1327

SANSUY

Vitória dos trabalhadores!

Às vésperas da realização de uma greve, que começaria no dia 11/05, a direção da Sansuy convocou o Sindicato e a Comissão dos Trabalhadores para duas rodadas de negociações, nos dias 07 e 08/05. A greve tinha sido decidida na assembleia do dia 25/04, em função da empresa querer impor o turno fixo (sem revezamento de horário) e por isso, não tinha a intenção de pagar adicional de turno e sim apenas o adicional noturno. O Sindicato exigia a recomposição dos adicionais de turno dos trabalhadores. O

resultado das negociações foi positivo e por isso os trabalhadores decidiram suspender a greve. A empresa voltou atrás e se comprometeu a implantar novamente as três turmas, sendo que até outubro, a empresa vai pagar um percentual de 17% do salário base de ATN (Adicional de Trabalho Noturno) e 18% de HRA (Hora Repouso Alimentação). A partir de novembro esses adicionais sofreram reajuste, ATN passará para 18,119% e HRA para 22,65%. Outra conquista foi a reintegração de um dos demitidos (eram dois),

com cinco anos de empresa. Estas conquistas foram possíveis devido à organização, determinação e solidariedade demonstradas pelos trabalhadores desde que o início do processo de mobilização começou. A união e disposição de luta dos companheiros foram os ingredientes para impedir as imposições da direção da Sansuy. Temos que manter esta mobilização para os próximos desafios como pagamento de PLR, renovação do Acordo da jornada de trabalho, dentre outros. Só é forte quem luta!

PETROBRAS

O pré-sal tem que ser do povo brasileiro

Ainda repercute a frase do presidente Lula: "é a segunda independência do Brasil", ao discursar sobre o pré-sal, durante a solenidade que marcou o início do Teste de Longa Duração do campo de Tupi, no Dia do Trabalhador (01/05). O primeiro óleo extraído do pré-sal foi exibido como um troféu pelos presidentes da República e da Petrobras, passando de mãos em mãos entre ministros, diretores da empresa, trabalhadores, artistas, atletas e várias personalidades que participaram do evento batizado de "Ano I de uma nova era". A FUP também estava presente à cerimônia e enfatizou a importância de uma nova legislação para o setor. A atual Lei 9.478/97, criada por FHC no ápice do neoliberalismo, desregulamentou a indústria de

petróleo para entregar as reservas do país às multinacionais e tentar facilitar a privatização da Petrobrás. A FUP destacou as lutas históricas dos movimentos sociais e da classe trabalhadora para criar a Petrobrás, defender o monopólio estatal do petróleo e impedir a privatização da empresa. Sem dúvida, o início dos testes de produção em Tupi (que até o final de 2010 processará diariamente 100 mil barris de óleo e quatro milhões de metros cúbicos de gás) é um momento histórico e simbólico para a sociedade brasileira e os petroleiros, cujas lutas em defesa da soberania e contra a privatização da Petrobras foram fundamentais para garantir ao país a descoberta do pré-sal. Mas, para alcançarmos a "segunda independência" a que se referiu o

presidente Lula e iniciarmos uma nova era, é preciso que o pré-sal seja de fato e de direito do povo brasileiro. Isso só ocorrerá se garantirmos o controle estatal e social sobre a exploração e utilização desta riqueza. Participe desta luta, somando-se à campanha da FUP e dos movimentos sociais para apresentar ao Congresso Nacional um projeto de lei de iniciativa popular, defendendo que a exploração, produção, desenvolvimento e destinação das reservas de petróleo e gás natural voltem a ser controlados pela União, através da Petrobrás. Precisamos coletar 1,5 milhão de assinaturas para ingressarmos com este projeto de lei no Congresso. Participe e divulgue esta campanha, acessando o portal www.presal.org.br

PETROS/BRASKEM

Palestras nos dias 26, 27 e 28 de maio

Sindicato, Abaco, Petros e Braskem estão organizando um ciclo de palestras para esclarecimento de dúvidas e apresentação das alternativas a serem oferecidas aos Participantes ativos, assistidos e autopatrocinados que desejarem transferir sua reserva para outra entidade ou mantê-la na própria Petros, evitando, desta forma, a incidência do imposto de renda no momento

da retirada de patrocínio. Foram selecionadas três alternativas para serem apresentadas e discutidas com os Participantes ativos, assistidos e autopatrocinados: Plano Petros de Contribuição Definida (a ser oferecido); Plano da Itaú Unibanco (cuja negociação foi intermediada pela Braskem); Plano da Caixa Econômica Federal (a convite do Sindicato dos Trabalhadores). Em função da

Petros estar disponibilizando o valor da reserva até o dia 30 de maio, o ciclo de palestras acontecerá nos dias 26, 27 e 28 de maio, a partir das 8h, no Pestana Bahia Hotel (rua Fonte do Boi, 216, Rio Vermelho), no salão Gregório Matos. As palestras acontecerão no período da manhã e também da noite. À tarde haverá capacitação sobre aplicações financeiras com especialistas.

PREVIDÊNCIA

Aposentado por invalidez pode ter FGTS

Uma decisão da 2ª Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho) determinou que o empregado tem direito ao depósito do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) no período em que recebe a aposentadoria por invalidez, caso o problema que originou o benefício tenha relação com o trabalho. De acordo com a decisão, a aposentadoria por invalidez não é um afastamento permanente do trabalho, pois o segurado pode se recuperar algum dia e voltar à empresa. Pela regra da aposentadoria por invalidez, o INSS deve convocar o segurado, de dois em dois anos, para uma perícia de reavaliação da incapacidade de trabalho. Segundo o TST, a decisão da 2ª Turma serve de exemplo para o julgamento de casos parecidos em que a incapacidade do segurado tem relação com o trabalho na empresa. Entre as regras de concessão de benefícios do INSS, já existe um caso em que o depósito do FGTS é garantido durante o afastamento do segurado. Quando fica comprovada que a doença ou o acidente tem relação com o trabalho, o segurado recebe o auxílio-doença acidentário, e a empresa é obrigada a depositar o FGTS. Na decisão, o TST aplicou o mesmo princípio dessa regra. Além do depósito do FGTS, referente a 8% da remuneração do trabalhador, o auxílio-doença acidentário do INSS também garante um ano de estabilidade no emprego.

A determinação é de que, se o segurado nunca mais puder voltar à atividade profissional, a empresa deposite o FGTS até o dia em que o INSS conceder a aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição ao afastado. A Justiça permitiu ainda que a empresa interrompa os depósitos em caso de aposentadoria compulsória; ou seja, quando o segurado completa 70 anos de idade.